



----- ACTA NÚMERO SETE/DOIS MIL E DEZ -----

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO-----
----- MARCO DE CANAVESES DE 14 DE ABRIL DE 2010 -----

-----Aos catorze dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, presidida pelo Senhor Dr. Manuel Maria Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses e com a presença dos Senhores Vereadores: Eng.º José António Carvalho Soares da Mota, Dra. Gorete Manuela Bouça da Costa Monteiro Oliveira, Dra. Carla Manuela de Abreu Massa Babo Ribeiro e Dr. Artur Elísio de Braga de Melo e Castro e comigo Manuel Augusto da Silva Rocha, como secretário da presente reunião e Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara, reuniu ordinariamente, a Câmara Municipal do Marco de Canaveses. Quando eram quinze horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O Senhor Presidente deu conhecimento das justificações de falta apresentadas pelos senhores vereadores, Avelino Ferreira Torres e Dr.ª Natália Ribeiro.-----

----- O Senhor Presidente informou os Senhores Vereadores sobre a substituição do seu Chefe de Gabinete, e apresentou o Dr. Manuel Augusto da Silva Rocha em substituição da Dr.ª Fernanda Araújo. De seguida apresentou proposta de designação do Chefe de Gabinete, o Dr. Manuel Augusto da Silva Rocha para secretariar e elaborar as actas da reunião de



Câmara, sendo substituído em caso de impedimento pelo Dr. João Paulo Maricato. -----

-----Colocada a proposta em apreço à consideração e votação dos Senhores Vereadores, a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

----- O Senhor Presidente informou sobre o normal funcionamento da autarquia, destacando a presença em Boticas na exposição sobre Carmen Miranda, no passado dia 26 de Março. A exposição de autoria da Câmara Municipal do Marco de Canaveses deverá percorrer outros municípios do país. -----

----- Informou ainda o Senhor Presidente sobre a comemoração do Dia Mundial do Teatro, no passado dia 27 de Março, com exibição da peça de Teatro de Revista, "Praceta dos 25" na Casa do Povo de Fornos. -----

----- O Senhor Presidente deu conhecimento aos senhores vereadores sobre a realização do 4.º passeio de BTT – Trilhos do Marco, cujo balanço final se traduziu num sucesso, desde logo pela elevada participação, e que percorreu algumas freguesias do concelho. -----

----- O Senhor Presidente deu ainda conhecimento das comemorações dos 158 anos de fundação do concelho, com uma série de iniciativas, encerrando com a realização da Conferência "O Marco de Canaveses e a República".-----

----- O Senhor Presidente informou os Senhores Vereadores sobre a sua participação na Reunião da CIM, do passado dia 1 de Abril, na qual solicitou



Handwritten signature

o agendamento de algumas importantes questões para a próxima reunião a realizar em Maio próximo, nomeadamente sobre a construção de um canil intermunicipal.-----

----- O Senhor Presidente deu ainda conhecimento sobre a sua participação na Festa das Endoenças, que são assumidamente um importante marco turístico na região. -----

----- O Senhor Presidente informou os Senhores Vereadores sobre a entrega de três habitações a outras tantas famílias concelhias cuja carência foi devidamente comprovada. Contudo após a entrega a uma senhora que vivia sozinha, esta acabou por comunicar que foi chamada para um Lar, e como tal a habitação que lhe tinha sido distribuída ficou novamente disponível e será entregue a outra família carenciada de acordo com o concurso efectuado para o efeito. -----

----- O Senhor Presidente fez ainda o balanço positivo da 1ª Feira da Saúde que decorreu no passado dia 7 de Abril, inserida nas comemorações do Dia Mundial da Saúde. -----

----- O Senhor Presidente informou os senhores vereadores, que a Câmara Municipal esteve presente na cerimónia de homenagem ao Senhor Padre Cunha que decorreu no passado dia 8 de Abril, que durante 72 anos esteve à frente da Paróquia de Tabuado e que recebeu as chaves da Capela de Santo António que foi objecto de obras de requalificação por parte da Câmara Municipal. -----



----- Deu ainda conhecimento que a Câmara participa com uma mostra de vinhos e os doces do Freixo, no Festival do Peixe que decorre em Lisboa até ao próximo fim-de-semana.-----

----- O Senhor Presidente informou os Senhores Vereadores sobre a realização do Campeonato de Boccia Sénior que terá uma jornada no Marco de Canaveses no próximo dia 16 de Abril, dividido pelos Pavilhões Bernardino Coutinho e Escola Secundária. -----

----- O Senhor Presidente informou ainda sobre a realização de três Concertos Pedagógicos com a Orquestra do Norte para os alunos das Escolas EB2.3 do concelho.-----

----- O Senhor Presidente informou ainda que o Município estará presente na assinatura do Programa da Agenda da Empregabilidade. -----

----- O Senhor Presidente apresentou um voto de reconhecimento e louvor ao jovem marcoense Nelson Soares, distinguido com o "Prémio Ibero-americano Jovem Arquitecto paisagista de 2010". Colocada à votação, a proposta do Senhor Presidente foi aprovada por unanimidade.-----

----- O Senhor Presidente deu ainda conhecimento do início das obras na Variante à EN 211, entre o nó do IP9 em Recesinhos e a Ponte de Canaveses.-----

----- O Senhor Presidente deu ainda conhecimento que escreveu ao Senhor Ministro da Justiça sobre a necessidade da criação de um terceiro juízo no



tribunal de Marco de Canaveses, tendo em conta o elevado número de processos que decorrem no Tribunal do Marco de Canaveses.-----

----- O Senhor Presidente deu ainda conhecimento aos Senhores Vereadores sobre o Programa das Comemorações do 25 de Abril, que tem início no dia 23 com a Assembleia Municipal para Jovens, e no dia 24 a realização de uma Peça de Teatro na Casa do Povo de Fornos. No dia 25 uma série de iniciativas, destacando-se a sessão solene nos Paços do Concelho.-----

----- O Senhor Presidente deu entretanto a palavra aos Senhores Vereadores que desejassem intervir.-----

----- O Senhor Vice-presidente Eng. José Mota solicitou a palavra para informar da passagem do Projecto Vaivém Oceanário, que esteve presente no Marco de Canaveses.-----

----- Informou ainda o Senhor Vice-Presidente, da reconhecida importância da construção de um canil intermunicipal e da sua discussão no âmbito da comunidade intermunicipal, desde logo pelo investimento que comporta.-----

----- O Senhor Vice-Presidente informou da necessidade de diálogo com a Entidade de Turismo Porto e Norte sobre a promoção e realização da Festa das Endoenças.-----

----- O Senhor Vereador Dr. Artur Melo solicitou a palavra para informar que concorda com as participações da Câmara Municipal em iniciativas



diversas, considerando contudo a necessidade de um retorno destas participações.-----

----- O Senhor Vereador questionou ainda o Senhor Presidente sobre a construção de um muro em Vila Boa do Bispo.-----

----- O Senhor Presidente esclareceu que de imediato accionou os meios do município, ordenando a suspensão da construção do muro. Entretanto a Câmara Municipal contactou a Junta de Freguesia a quem solicitou informação sobre o assunto, que informou a Câmara Municipal sobre os benefícios da construção do muro por parte do Sr. Luís Sérgio Nogueira Pinto, devidamente acompanhado por abaixo-assinado da população a favor da obra, e de declaração de compromisso do autor da obra, assim como documento favorável assinado por 31 vizinhos.-----

----- O Senhor Presidente informou que depois de ter mandado suspender a obra e solicitou que se verificasse os benefícios da mesma. Simultaneamente foi feita uma chamada de atenção à Junta de Freguesia para a necessidade de assuntos desta natureza, são da responsabilidade da Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Vereador Dr. Artur Melo solicitou cópia dos documentos apresentados pelo Senhor Presidente da Câmara e requereu o agendamento deste assunto para a reunião seguinte. -----

----- O Senhor Vice-presidente alertou para a necessidade de avaliação de dois aspectos diferentes, mas fundamentais, uma primeira que tem a ver



MARCO
14

com o benefício da obra em favor do bem público e a segunda que deve ser a distinção de uma construção numa área de domínio público. -----

----- Como mais nenhum vereador solicitou a palavra, o Senhor Presidente propôs que de imediato se passasse à ordem de trabalho e solicitou a introdução de mais três pontos.-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

1. Aprovação da acta da reunião de Câmara de 25.03.2010. Presente a acta da reunião mencionada, a qual depois de lida, foi aprovada por **unanimidade.** -----

2. Balancete de Tesouraria de 13/Abril/2010. Foi apreciado o balancete da tesouraria de treze de Abril de dois mil e dez, onde se constatou que havia um saldo de 174.092,41€ (cento e setenta e quatro mil noventa e dois euros e quarenta e um cêntimos), de Operações Orçamentais e 877.328,27 € (oitocentos e setenta e sete mil trezentos e vinte e oito euros e vinte e sete cêntimos) de Operações Não Orçamentais. -----

3. 1ª Revisão da Receita e da Despesa do Orçamento Municipal. Presente informação do Departamento de Administração Geral e Finanças – doc. 1 em anexo. -----

Deliberado por unanimidade aprovar a 1ª Revisão de Receita e da Despesa do Orçamento Municipal. À Assembleia Municipal. -----



4. Alteração nº. 4 ao Orçamento e nº 03 às Grandes Opções do Plano para o Ano Económico de 2010. **Ratificação.** Presente informação do Departamento de Administração Geral e Finanças – doc. 2 em anexo. -----

Retirado da ordem de trabalhos. -----

5. Alteração nº. 5 ao Orçamento para o Ano Económico para o Ano Económico de 2010 referente à Regularização da Alteração nº 03 ao Orçamento. **Ratificação.** Presente informação do Departamento de Administração Geral e Finanças – doc. 3 em anexo.-----

Retirado da ordem de trabalhos. -----

6. Alteração nº. 3 ao Orçamento e nº 2 às Grandes Opções do Plano para o Ano Económico de 2010. **Ratificação.** Presente informação do Departamento de Administração Geral e Finanças – doc. 4 em anexo. -----

Retirado da ordem de trabalhos. -----

7. Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2009 – doc.5 em anexo.-----

----- O Senhor Presidente deu a palavra ao Director do Departamento de Administração e Finanças, Dr. João Paulo Maricato que apresentou o documento, explicando que o relatório pretende proporcionar uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício económico de 2009, demonstrando a eficiência da utilização dos meios afectos à prossecução das actividades desenvolvidas pela Autarquia Local e eficácia dos objectivos propostos. -----



No que concerne ao endividamento, o Município tendencialmente tem vindo a reduzir o endividamento ao nível das Outras Dívidas a Terceiros, apresentando o valor total de € 1.820.781,97 no fim do ano de 2009. Podemos observar um aumento de dívidas a terceiros de (+25,69%) verificado no ano de 2008 cujo montante ascendeu a € 1.448.043,68 e de (-19,42%) face ao montante existente no período homólogo de 2004. -----

No entanto, a dívida titulada apresentada no final do ano transacto, continua a não reflectir ainda os montantes de transferências de capital assumidos pelo Órgão Executivo em 2005 e que não foram sujeitos a cabimentação prévia, mantendo-se o valor de € 3.104.837,60. -----

A despesa realizada pelo Município de Marco de Canaveses cifrou-se, no ano económico de 2009, em € 24.162.622,25, verificando-se uma diminuição de (-16,06%) em relação aos gastos efectuados no exercício económico de 2008. Esta redução é justificada simultaneamente, pela menor capacidade municipal de libertação de verbas (redução do saldo de gerência) e pela necessidade de se assegurar, ao nível da despesa corrente, as competências e atribuições na função Educação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular, a Aquisição de bens e serviços essenciais e os encargos bancários, nomeadamente os juros; Por contrapartida, ao nível da despesa de capital, verificou-se uma menor execução financeira de obras, comparativamente ao período homólogo, no âmbito das candidaturas, uma vez que os projectos municipais também dependem do novo quadro comunitário no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte do



Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN – 2007-2013. Apesar das dificuldades e constrangimentos financeiros, o Município não deixou de apoiar as entidades parceiras através das Transferências de capital, nomeadamente para as Juntas de Freguesias e para as Instituições sem fins lucrativos. -----

Esta foi a solução encontrada para plasmar todos os compromissos assumidos nos documentos previsionais do ano de 2009 e com carácter plurianual sem pôr em causa o Princípio do Equilíbrio Orçamental. -----

Verifica-se uma estabilização da despesa na rubrica aquisição de bens e serviços com uma variação +0,02% no período em análise, face ao ano de 2008. Este controlo da despesa prende-se com o facto do Município ter dilatado o prazo médio de pagamentos à entidade prestadora do serviço de Transportes, como se pode observar pela redução em (-34,35%), isto é, € 440.333,11, e às entidades prestadoras de serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos e Urbanos – R.S.U e Entrega e Recepção de R.S.U, Recolha Selectiva, Valorização, Tratamento e Destino Final dos R.S.U. (-27,69%), ou seja, € 431.208,92 de forma permitir a realização de outras prestações de serviços inseridas nas actividades desenvolvidas pelo Executivo no corrente ano, tais como os Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria e que corresponde a um aumento efectivo de € 302.940,48, o que representa um aumento de +110,17%. -----

A aposta nas obras por administração directa, manutenção e conservação de bens também tem um peso relevante, destacando-se a aquisição de



recursos materiais com uma despesa efectiva realizada de € 514.897,34 na rubrica Outros Bens. Comparativamente ao ano atípico de 2008, verificou-se uma redução uma vez que, nesse ano, os valores dispendidos cifraram-se em € 670.333,70, reflexo da capacidade financeira atingida através da criação de poupança acumulada até ao ano 2008. -----

A conjuntura política nomeadamente a pressão das entidades externas no final de mandato eleitoral reflectiu-se também no aumento das despesas designadamente nos serviços prestados pelo Município, originando um aumento de despesa de € 104.893,20, o que corresponde a um aumento de +27,32% face ao ano anterior.-----

No que se refere à classificação económica Encargos das instalações, verifica-se um aumento de +34,04% da despesa, que resulta principalmente do encontro de contas entre a arrecadação de receita trimestral das rendas de concessão e o pagamento da iluminação pública, o que justifica o montante de € 1.686.562,58. -----

A introdução de procedimentos mais rigorosos de contratação pública e respectivo controlo da despesa, neste ano económico permitiu o controlo da despesa designadamente na aquisição de bens (-11,52%), destacando-se a rubrica Material de escritório com uma diminuição da despesa de (-3,91%), cifrando-se nos € 80.293,91. -----

No que concerne as despesas de aquisição de bens e serviços, o aumento foi de +0,02%, isto é, estabilizou-se a despesa com um valor de 7.160 mil euros, justificados pela aquisição de bens materiais necessários em obras



por administração directa e complementares à realização de empreitadas, algumas já com participações financeiras do novo quadro comunitário no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte do Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN – 2007-2013. Importa salientar que estes aumentos de despesa foram devidamente controlados, como se pode demonstrar pelo montante do endividamento de curto prazo no final do ano através do mapa Endividamento – Outras Dívidas a Terceiros e que se cifrou em € 1.820.781,97. -----

As Transferências correntes pagas sofreram uma redução de (-6,49%) face ao ano anterior. Esta diminuição das transferências correntes reflectiu-se essencialmente ao nível das Freguesias no âmbito da dilatação dos prazos de execução de pagamentos por parte do Município referente às transferências respeitantes aos protocolos estabelecidos com o Autarquia para os Jardins-de-infância e para as escolas EB1´s. No que se refere às associações sem fins lucrativos, estas tiveram um aumento em termos absolutos de mais € 188.585,01, representando +27,50% de verbas atribuídas pelo Executivo comparativamente com o ano anterior. -----

Na rubrica Outras despesas correntes, verificou-se uma diminuição de (-7,26%), explicado pela redução do montante de I.V.A pago no ano de 2009 comparativamente com o ano de 2008, justificado pela diminuição de receita relativa à gestão de prestação de serviços inerentes à actividade da Autarquia, e que se traduziu em termos efectivos no valor de € 14.884,55;



e pela redução em (-7,16%) no valor pago nos reembolsos e outras restituições. -----

O valor de Juros e outros encargos teve uma diminuição significativa total de (-51,86%) comparativamente com o ano económico de 2008. Aqui podemos observar, que relativamente aos juros dos empréstimos de médio e longo prazos, no âmbito do Contrato de Reequilíbrio Financeiro. -----

Verificou-se uma redução em termos efectivos de € 1.210.540,99€ fruto da crise internacional ao nível dos mercados financeiros que permitiram a descida das taxas de juro indexadas à taxa de referência Euribor do Banco Central Europeu para níveis históricos. Os encargos relativos aos empréstimos de médio e longo prazo encontram-se retratados no ponto 3.3.4 – Serviço da Dívida. -----

No que se refere às Despesas de capital, verifica-se um decréscimo significativo da execução em 2009 face ao ano económico de 2008 de (-57,44%), o que corresponde a uma redução do investimento de mais € 4,3 milhões e que resulta da reduzida capacidade financeira própria da autarquia. -----

As Transferências de capital executadas aumentaram em termos globais +18,99%. As Freguesias foram as entidades que mais beneficiaram de verbas atribuídas pelo Executivo, representando um aumento +15,60%, tendo sido transferido em termos de valores absolutos de € 867.288,33, destacando-se os apoios financeiros atribuídos no âmbito de pavimentações, do programa AGRIS e Cemitérios, Capelas mortuárias e



outras. As transferências para as Instituições sem fins lucrativos também aumentaram cerca de € 71.711,54 face ao ano económico de 2008 e representa +29,44%. -----

As despesas pagas no ano económico de 2009 referentes às Aquisições de bens de capital e às Transferências de capital foram no montante de € 3.249.950,19 e € 1.188.558,78, representando variações de Despesa executada face ao ano anterior de (-57,44%) e de +18,99%, respectivamente. -----

No que concerne à rubrica Aquisição de bens de capital, se analisarmos o grau de execução em 2008 e em 2009, estes representam 85,00% e 68,52%, respectivamente. No ano de 2009, o montante total de compromissos de investimentos (destacando-se os comparticipados) definidos no Plano Plurianual de Investimentos foram executados tendo em conta por um lado, a redução da capacidade de auto-financiamento municipal ao nível do saldo de gerência e por outro lado, pelo início da amortização do empréstimo de 20 milhões da C.G.D., o que implica, a partir de agora, um aumento exponencial do peso do passivo financeiro em termos orçamentais. -----

Na rubrica Outras Despesas de Capital não se verificaram despesas, designadamente, não existiram pagamentos referentes a restituições de capital.-----

Relativamente à rubrica de Passivos Financeiros, no ano de 2009 a amortização de capital teve um peso significativo, finalizando-se o período



de carência referente à amortização do capital do empréstimo da Caixa Geral de Depósitos, tendo sido pago em valor absoluto € 1.536.897,61.-----

A Despesa com o pessoal no ano económico de 2009 encontra-se no segundo lugar como agregado com maior peso, representando 29,59% da despesa total paga, encontrando-se em primeiro lugar a Aquisição de bens e serviços e em terceiro as despesas com a Aquisição de bens de capital e que representam 29,63% e 13,45%, respectivamente.-----

Nesta análise anual, verifica-se que o aumento da despesa paga com o pessoal é reflexo principalmente do aumento da despesa paga com a componente Remunerações certas e permanentes. -----

Neste ano económico de 2009, verificou-se em termos de admissão de pessoal a qualquer título, a entrada de dezoito trabalhadores e simultaneamente a saída de catorze trabalhadores através de rescisão a qualquer título. -----

O elevado grau de execução nos anos de 2008 e de 2009 de 97,37% e 97,46%, respectivamente, revelam de forma objectiva a vontade do actual Órgão Executivo em assegurar a cobertura dos compromissos com o pessoal, isto é, assegurar esta despesa obrigatória. Relembre-se que a nova Lei das Finanças Locais define a contenção de despesa com o pessoal durante o período de reequilíbrio financeiro, promovendo um princípio de optimização na afectação dos recursos humanos do Município nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março.-----



O Vereador do PS interveio para referir que pelas Contas de 2009 se observa uma situação financeira preocupante, dado que os activos da Câmara Municipal são manifestamente insuficientes para cobrir o passivo apresentado, cerca de 38 milhões. Por outro lado, não foram implementadas medidas já anteriormente referidas, como a da implementação de um sistema de gestão de stocks. Referiu também a atribuição de verbas para associações sem fins lucrativos em pleno ano eleitoral e detrimento das verbas atribuídas às Juntas de Freguesia, não havendo um critério objectivo na política de subsídios. Terminou a sua exposição expressando a preocupação pelo facto de o município poder vir a ser condenado em tribunal a pagar elevadas indemnizações.-----

Deliberado por maioria com voto contra do Senhor Vereador do PS, Dr. Artur Melo - apresentou a declaração de voto que se anexa - aprovar os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2009.-----

8. Declaração de Nulidade da Deliberação Camarária de 15 de Março de 2004. Presente a declaração de nulidade mencionada – doc. 6 em anexo.- Referiu o Vereador do PS que esta declaração terá como efeito a dilatação no tempo da resolução do problema da água, pois se a decisão do Tribunal Arbitral for a de condenar a Câmara Municipal, esta decisão servirá para colocar no Tribunal Administrativo uma acção contra a concessionária e desta forma suspender qualquer decisão condenatória do município. Desta forma, os problemas das populações em matéria de abastecimento de água



e saneamento ficarão por resolver por muito tempo. -----

Deliberado por maioria com abstenção do Senhor Vereador do PS, Dr. Artur Melo aprovar a Declaração de Nulidade da Deliberação Camarária de 15 de Março de 2004. -----

9. Designação de representante da Autarquia para integrar a equipa de Território Educativo de Intervenção Prioritária do Agrupamento Vertical de Escolas de Sande - doc.7 em anexo.-----

Deliberado por unanimidade a designação da Sra. Vereadora, Dra. Gorete Monteiro, como representante da Autarquia para integrar a equipa de Território Educativo de Intervenção Prioritária do Agrupamento Vertical de Escolas de Sande, nos termos propostos.--

10. Constituição do Fundo de Maneio. Presente proposta pelo Senhor Presidente - doc. 8 em anexo. -----

Deliberado por unanimidade a constituição de um fundo de maneio nos termos propostos.-----

11. Pagamento da Quota Anual do Município - Associação Nacional de Municípios Portugueses. Presente nota de débito n.º199/2010- doc.9 em anexo. -----

Deliberado por unanimidade aprovar o pagamento da quota anual do Município à Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

12. Aprovação da Execução de Trabalhos por erros e omissões ocorridos na empreitada - Centro Escolar de Sande. Presente informação técnica -



doc.10 em anexo.-----

Retirado da Ordem de Trabalhos. -----

13. Atribuição de um subsídio de 750,00 euros (setecentos e cinquenta euros) à Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo, para comparticipação das actividades desenvolvidas pelo seu clube de atletismo – Presente proposta do Senhor Presidente - doc. 11 em anexo.-----

Deliberado por unanimidade atribuir o subsídio proposto pelo Senhor Presidente.-----

14. Contrato - Programa de Desenvolvimento Desportivo entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e o Ginásio Clube de Alpendorada para atribuição de um subsídio de 3.000.00 € -doc.12 em anexo.-----

Deliberado por unanimidade aprovar o Contrato – Programa supra referido, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo. -----

15. Contrato - Programa de Desenvolvimento Desportivo entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e a Liga Marcoense de Futebol Amador para atribuição de um subsídio de 5.000.00 € - doc.13 em anexo.-----

Deliberado por unanimidade aprovar o Contrato – Programa supra referido, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo. -----

16. Edifício da Praça da Cidade. Autorização para a realização de escritura de doação. Presente parecer do Gabinete Jurídico -vide doc.14.-----



Deliberado por maioria com abstenção do Sr. Vereador do PS, Dr. Artur Melo, a Câmara Municipal não se opor a que a Santana e Companhia celebre directamente a escritura dos dez lugares de garagem que tem registados a seu favor, com a Residencial do Marco. -----

Declaração de voto do PS " Abstém-se por entender que é um acto inútil dado as garagens estarem registadas em nome da Santana e Companhia". -----

-----PONTOS A ACRESCENTAR À ORDEM DE TRABALHOS-----

17. Alteração de nomenclatura de provedor para promotor do cidadão com deficiência do Marco de Canaveses. Presente proposta do Senhor Presidente – vide doc.15.-----

Deliberado por unanimidade aprovar a alteração de nomenclatura de provedor para promotor do cidadão com deficiência do Marco de Canaveses. -----

18. Transmissão de licença de exploração da Pedreira n.º5119, denominada Tapada do Ladário n.º2, da empresa Granitos e Construções Ferraz e Teixeira, Lda. para a empresa Granivárzea – Comércio e Extracção de Granitos, Lda. – Presente informação do Sr. Chefe de Divisão de Planeamento vide doc.16.-----

Deliberado por unanimidade deferir o pedido de transmissão de licença de exploração da Pedreira n.º5119, denominada Tapada do Ladário n.º2 da empresa Granitos e Construções Ferraz e Teixeira,



Lda para a empresas Granivárzea – Comércio e Extracção de Granitos, Lda, nos termos propostos.-----

19. Ressarcimento da Sra. Balbina Correia Vieira, no valor de 157,64 €. Presente informação da Sra. Vereadora Dra. Gorete Monteiro – vide doc. 17.-----

Deliberado por unanimidade proceder ao pagamento da quantia de 157,64 € à Sra. Balbina Correia Vieira, nos termos propostos.-----

-----APROVAÇÃO DE ACTA EM MINUTA-----

E nada mais havendo a tratar, quando eram vinte horas e vinte e cinco minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta, nos termos do artigo 92º da Lei 169/99, na sua redacção actualizada. E eu, Manuel Augusto da Silva Rocha, Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, a subscrevi e assino. -----

_____**O Presidente da Câmara Municipal**_____

_____ *Manuel Moreira* _____

-----**Dr. Manuel Moreira**-----

_____ *Manuel Augusto da Silva Rocha* _____



DECLARAÇÃO DE VOTO CONTRA A PRESTAÇÃO DE CONTAS 2009

Os documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2009 reflectem as opções que a maioria do anterior executivo privilegiou, nomeadamente na distribuição de subsídios a colectividades – aumento de mais de 80% –, na diminuição das verbas atribuídas às freguesias – menos cerca de 300.000,00€ –, no aumento da dívida a terceiros em 25% e na provisão da verbas para processos judiciais de 40 milhões de euros, dos quais 30 milhões para o conflito com a concessionária das águas que se encontra em tribunal arbitral.

Ficaram, assim, as freguesias amarradas a promessas de obras que transitariam para o mandato seguinte, enquanto as colectividades viam muitas das suas pretensões serem satisfeitas pelo poder público. O que se nota é uma distribuição de subsídios casuística e sem critério que abre as portas ao benefício de uns e ao prejuízo de outros.

Por outro lado e apesar de o ter referido várias vezes anteriormente, este executivo não foi capaz de implementar um sistema de gestão de stocks, pelo que a aferição corrente dos gastos de materiais e outros é escasso ou nulo. Também o excessivo número de alterações orçamentais, 16 ao longo do ano, permitiram ver a diferença entre o Orçamento inicialmente aprovado e aquele que é executado, num claro zigzag na execução orçamental.

Observa-se, porém, que houve um registo do activo do município, o qual parecer estar ainda incompleto, e que ronda os 9 milhões de euros. Contudo, o resultado líquido do exercício é negativo em cerca de 38 milhões, o que comparativamente com o valor anterior leva a concluir que a Câmara Municipal está numa situação muito, muito complicada, dado que não tem activos que cubram o passivo. É uma situação de falência técnica.

A grande questão é, pois: que fazer se tivermos que pagar as indemnizações que correm em tribunal contra o município, nomeadamente a relativa à concessionária dos serviços de água e saneamento? É uma resposta que ninguém poderá dar.

Pelo atrás exposto voto contra.

Paços do Concelho, 14 de Abril de 10

O Vereador do PS

